

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 31/01/2019

- [Menino de 1 ano é abandonado pela mãe e resgatado em apartamento](#)
- [Audiência pública discute Sistema Socioeducativo em Meio Aberto em Olinda](#)
- [TJPB discute a realização da 1ª Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na PB](#)
- [Mutirão da Justiça dá liberdade a 35 adolescentes da Funase](#)
- [Funase celebra parceria com a Secretaria de Cultura de Pernambuco](#)

**Assunto: Menino de 1 ano é abandonado pela mãe e resgatado em apartamento**

**Fonte:** Portal G1 PE

**Data:** 31/01/2019



Um menino de 1 ano e 3 meses foi abandonado em um apartamento de um conjunto habitacional, no bairro de Afogados, na Zona Oeste do Recife. A partir de denúncias da comunidade, o Conselho Tutelar e a Polícia Militar resgataram a criança, deixada sozinha pela mãe, que seria usuária de drogas.

A Polícia Militar informou que foi acionada às 19h30 de quarta-feira (30) para fazer o resgate da criança, no Conjunto Habitacional Padre Miguel. A Polícia Civil informou que o Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) está investigando o caso.

A conselheira tutelar Sandra Eunice relatou ao **G1**, por telefone, nesta quinta-feira (31), que o menino foi levado para um abrigo, no Recife. Ela disse, ainda, que encaminhou o caso para a Justiça.

Segundo a conselheira, no apartamento foi encontrada uma tornozeleira eletrônica de monitoramento de pessoas envolvidas em crimes.

Ela afirmou que a mulher, identificada como Flaviane Firmino, chegou a ser presa em setembro de 2018 por envolvimento com drogas e foi liberada por ter um filho menor.

Sandra disse, ainda, que, depois da prisão, Flaviane passou a ser monitorada por meio da tornozeleira. A conselheira declarou que a mulher não foi encontrada depois do abandono do menino.

O delegado Ademir de Oliveira, do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), informou que entrou em contato com o Conselho Tutelar e solicitou registros sobre o caso.

Ele disse, ainda, que ao receber a documentação vai abrir procedimentos para investigar o abandono do menor.

“Também deveremos investigar o caso dessa tornozeleira eletrônica que foi encontrada no apartamento. Se a mãe da criança quebrou o equipamento e deixou de ser monitorada, isso significa quebra de condicional e, por isso, poderemos pedir que ela seja presa”, comentou.

Segundo Sandra, o Conselho Tutelar monitora o caso da família da criança há pouco mais de um ano. Ela informou que a mãe do menino, de cerca de 20 anos, tem envolvimento com consumo e venda de crack.

“A situação dessa família é muito grave. Flaviane mora com dois irmãos adolescentes, que também usam drogas, e foram deixados por uma tia, depois da morte da mãe deles. Todos moram nesse apartamento, que foi doado pela prefeitura”, comentou.

A conselheira contou que chegou a fazer um pedido para que Justiça cuidasse do caso e providenciasse o acolhimento da criança.

“O menino apresenta sinais de que não é bem cuidado pela mãe, que costuma sair de casa para usar e vender drogas”, acrescentou.

Procurado pelo **G1**, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou não pode se pronunciar, uma vez que o caso envolve um menor de idade.

O **G1** também entrou em contato com a Secretaria de Ressocialização de Pernambuco (Seres) e aguarda retorno sobre o pedido de informações a respeito do monitoramento eletrônico de Flaviane Firmino.

**Assunto: Audiência pública discute Sistema Socioeducativo em Meio Aberto em Olinda**

**Fonte: MPPE**

**Data: 31/01/2019**



O auditório da Promotoria de Justiça de Olinda, no bairro da Vila Popular, foi o ponto de encontro de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e seus familiares com promotores e outras autoridades públicas. O encontro promovido pelo Ministério Público de Pernambuco, através da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude de Olinda realizou, nesta terça-feira (29), uma audiência pública para tratar de assuntos em favor de melhorias do Sistema que assiste a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Além da equipe do MPPE, o encontro, realizado na sede da Comarca de Olinda, reuniu a secretária de Saúde da cidade, Zelma Chaves; o secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, Odin Neves; a gerente de Proteção Social de Média Complexidade, Mariana Moura. Participaram ainda jovens, mães e representantes de organizações sociais de apoio às medidas socioeducativas.

A cidade hoje possui 109 jovens e adolescentes acompanhados e atendidos por uma equipe com dois psicólogos, dois assistentes sociais e um pedagogo. Este número, no primeiro semestre do ano passado (2018), era de 230 jovens, onde 78% deles estavam passando pela primeira vez pelo Sistema Socioeducativo. "Os jovens que estão passando pela primeira vez pelo Sistema, tem uma grande chance de serem plenamente reabilitados, podendo não mais passar por situação semelhante. Essa é uma grande oportunidade. Do ano passado para cá, houve uma redução no quantitativo de jovens e adolescentes acompanhados e atendidos pelo Sistema, mas precisamos estar atentos para mapear com sensibilidade quem são essas pessoas, prestar um atendimento de qualidade afim que seja possível evitar reincidência e até mesmo a realização de crimes mais graves", disse a primeira promotora de Justiça de Defesa Infância e Juventude de Olinda, Aline Arrouxelas.

Uma das principais deficiências apontadas pelo MPPE para a plena realização do acompanhamento e atendimento dos jovens é a deficiência de pessoal e a necessidade de requalificação do grupo de prestação de serviços. "A gente vem num trabalho crescente desde o ano passado, requalificando as equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e, hoje, estamos concluindo os instrumentais para a realização de uma Seleção Simplificada e assim pudermos recompor toda a equipe. Ainda assim, estamos realizando capacitações para que seja possível prestar um melhor atendimento", disse Odin Neves.

O Sistema, que tem um plano de 10 anos de duração com fases de implementação e acompanhamento, tem passado por um forte acompanhamento pelo MPPE. "Já realizamos seis

reuniões com as equipes do CREAS, do governo municipal e estadual e estamos acompanhando, nos últimos dois anos, as melhorias e as necessidades de melhoria do atendimento de crianças e adolescentes em meio aberto”, complementou Aline. Uma das principais observações que ela faz é sobre a necessidade de atendimento pleno aos jovens que estão realizando trabalhos comunitários ou com liberdade assistida. “A gente deseja que o município de Olinda ofereça a melhor possibilidade de reeducação para esses adolescentes que são acompanhados e por isso realizamos um monitoramento constante das diversas instituições e entidades envolvidas”, asseverou Aline durante a audiência pública.

No encontro o secretário de Desenvolvimento Social além de apontar as medidas que estão sendo realizadas, falou de ações em andamento. “Temos o objetivo de trazer à cidade de Olinda, um Núcleo de Proteção e Segurança, envolvendo a proteção à mulher e a proteção à criança e adolescente. As conversas estão bem adiantadas com o Governo do Estado e basta que seja possível celebrarmos um convênio de cooperação técnica”, disse Odin.

**Assunto: TJPB discute a realização da 1ª Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência na PB**

**Fonte:** Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

**Data:** 31/01/2019



O juiz Adhailton Lacet Correia Porto, vice-presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e juiz titular da 1ª Vara Infantojuvenil de João Pessoa, vai se reunir nesta quinta-feira (31), às 14h, com os atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Proteção da Infância e Juventude. O encontro será no auditório do Fórum da Infância e Juventude na Capital.

A finalidade é discutir e desenvolver logística para a realização da 1ª Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, em João Pessoa, instituída pela Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019, que acrescentou o artigo 8.-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Farão parte das discussões representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba - OAB/PB, por intermédio da Comissão de Defesa da Criança e Adolescentes; Conselhos Tutelares; Rede Margarida Pro Crianças e Adolescentes (Remar); A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), representantes das Secretárias de Educação e Saúde do Estado e do Município de João Pessoa, além de servidores do Poder Judiciário e integrantes das equipes multidisciplinares (assistente social, psicólogo e pedagoga).

Segundo o magistrado Lacet Porto, que é também coordenador Estadual da Infância e Juventude do TJPB, essa é primeira reunião nacional que abordará a logística de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas direcionadas ao público adolescente, sobre gravidez.

“Saímos na frente. A lei é do início deste mês e já estamos trabalhando. O tema é de muita relevância, e o TJPB foi o pioneiro na abordagem desse assunto, uma vez que a Lei que criou a Semana Nacional ainda não completou um mês de vigência. Isso demonstra a preocupação de todos os integrantes da Rede de Proteção em nosso Estado”, avaliou.

**Assunto: Mutirão da Justiça dá liberdade a 35 adolescentes da Funase**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 31/01/2019**



A Justiça vem promovendo audiências concentradas para revisar processos que envolvem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Quatro unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) já foram contempladas. De um total de 43 socioeducandos participantes, 35 ganharam a liberdade, podendo deixar o regime de internação e voltar para a casa de seus familiares. Esse resultado reforça o êxito do trabalho da Funase, uma vez que a liberação é determinada pelos juízes responsáveis com base na percepção de que os internos estão envolvidos em atividades pedagógicas e construindo novos projetos de vida.

No Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Jaboatão dos Guararapes, oito socioeducandos foram beneficiados com a liberdade assistida, ou seja, passaram a cumprir a medida socioeducativa em meio aberto, com apresentações periódicas ao Poder Judiciário. No Case Santa Luzia, situado no Recife, todas as socioeducandas contempladas pelo mutirão também puderam deixar a unidade após a avaliação. Três receberam liberdade assistida, e outras duas tiveram a medida socioeducativa extinta.

No Case Abreu e Lima, o número foi ainda mais expressivo: 12 extinções de medida concedidas e cinco adolescentes em liberdade assistida, fazendo com que, na prática, 17 socioeducandos tenham deixado a unidade de internação. Outros três jovens foram beneficiados com reduções de prazo para a reavaliação de seus processos pela Vara Regional da Infância e Juventude. Por fim, no Case Caruaru, dos dez socioeducandos avaliados, três passaram para a semiliberdade, um teve a medida extinta e quatro deixaram a unidade e prestarão serviços comunitários. Dois tiveram a medida mantida, mas com redução do tempo de reavaliação.

A mãe do socioeducando J.W., de 18 anos, um dos liberados na audiência concentrada no Case Caruaru, ficou emocionada ao saber do resultado. “Estou sentindo alegria no meu coração por meu filho ter recebido muito apoio nesse tempo em que esteve aqui. O atendimento foi muito bom pra ele. Estou contente de saber que vou levá-lo pra casa e vou buscar um futuro melhor pra ele”, afirmou.

**Assunto: Funase celebra parceria com a Secretaria de Cultura de Pernambuco**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 31/01/2019**



A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), realizou um registro formal de elogio à Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE). O objetivo foi celebrar os bons resultados de parcerias entre as duas instituições, que têm viabilizado, nos últimos anos, a realização de projetos com literatura, música, cinema e debates dentro de unidades de atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Estado.

Entre as iniciativas, está o Projeto Outras Palavras, da Secult-PE, que levou poesia, filmes e rodas de diálogos para adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativo (Case) Jaboatão dos Guararapes e Santa Luzia, no Grande Recife. A parceria também viabilizou a realização de atividades para socioeducandos do regime de semiliberdade no Festival de Inverno de Garanhuns, em 2018, e para socioeducandas do Case Santa Luzia, no início de janeiro deste ano, durante a Caravana Juventude em Movimento.

O registro de elogio foi entregue pelo coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando Albuquerque, a Antonieta Trindade, que, entre 2016 e 2018, ficou à frente da vice-presidência da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e foi titular da Secult-PE. “Já consideramos que foi uma experiência positiva, pois ela mexe com várias linguagens. O mix de expressões faz com que algumas atividades que seriam difíceis de trabalhar se tornem agradáveis. Foi um trabalho exitoso que já consideramos como fundamental para o calendário da Funase em 2019”, declarou Albuquerque.